



LeasePlan

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
AOS SEMESTRES FINDOS EM
30 DE JUNHO DE 2022 E 2021**

www.leaseplan.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
 (Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação, por lote de mil ações)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Mensagem da Administração

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. ("LeasePlan" ou "Instituição") submete à apreciação de V.S.as o Balanço Patrimonial de 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa correspondentes aos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021.

Líder mundial em Carro-como-Serviço (*Car-as-a-Service*), a LeasePlan é uma empresa de origem holandesa que gerencia uma frota de aproximadamente 1,9 milhão de veículos em 29 países onde atua. Com quase 60 anos experiência mundial e mais de 20 anos no Brasil. Temos muito orgulho em apresentar os nossos resultados gerados no primeiro semestre de 2022.

Em 2022 a LeasePlan seguiu com a execução de seu plano demonstrando mais um semestre de resultado positivo reforçando a cultura *customer centric*. Seguimos com nossa visão de longo prazo e estratégia, contando com aumento da eficiência operacional, qualidade e satisfação dos clientes com o aprimoramento da digitalização de serviços traduzida em nosso programa de "Next Generation Digital Architecture".

Desenvolvemos sistema omnichannel de atendimento aos nossos condutores e gestores de frota, integrando os canais web, call center e chatbot com URA inteligente garantindo eficiência e escalabilidade assim como melhoria na qualidade do atendimento. Os esforços endereçados em nossos processos operacionais vêm garantindo atendimento com excelência de ponta a ponta junto aos nossos clientes produzindo resultados positivos em nossa NPS (*Net Promotor Score*), atingindo a zona de excelência. No âmbito macroeconômico, os cenários adversos vêm trazendo reflexos em nossos resultados e maior necessidade de versatilidade operacional - impacto global da inflação, elevação na taxa de juros, impactos na cadeia de suprimentos resultando na escassez dos semicondutores e produção de novos veículos, guerra da Ucrânia e Rússia e as políticas de enfrentamento do COVID-19 na Ásia. Diante destes fatores, exploramos oportunidades junto às montadoras na disponibilização dos veículos, além de acomodarmos suas diversas necessidades para o enfrentamento dos expressivos aumentos de preços de veículos, alta de inflação e aumento da espera de entrega de carros.

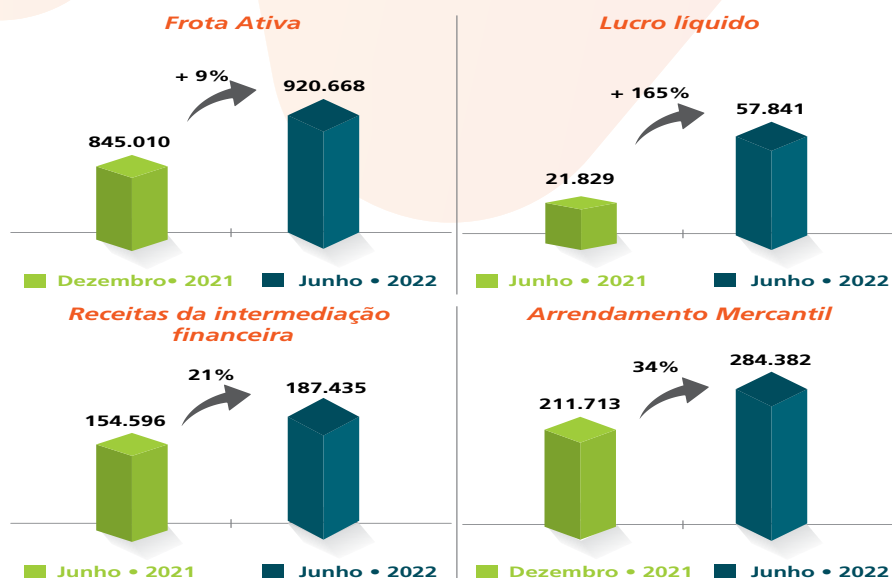
O resultado dos esforços traduz-se pelo lucro líquido do semestre de R\$ 57.841 (2021 R\$ 21.829) e um aumento em nossas receitas de operações de arrendamento totalizando R\$ 187.435 (2021 R\$ 154.596).

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 1% do lucro de cada exercício. Todos estes processos seguem um rigoroso padrão ético e regulatório, com elevados padrões de gerenciamento de Riscos. Para tanto, visando garantir solidez e disponibilidade de capital para garantir o desenvolvimento dos nossos negócios, os níveis de capital regulatório foram mantidos acima do requerido pelo Banco Central do Brasil e em junho de 2022 nosso índice de Basileia encerrou em 23% (em 2021, 21%).

Destacamos que em 06 de janeiro de 2022 foi assinado, pelo Grupo LeasePlan, um Memorando de Entendimentos (*Memorandum of Understanding - MOU*) com a ALD e Sociéte Générale com o objetivo de criar um grupo líder global em mobilidade. Em 22 de abril de 2022 foi assinado mais uma passo para a criação do maior *player* global líder de mercado - *Framework Agreement*. Este acordo estrutural confirma os termos da transação divulgados no início deste ano. É um passo fundamental que permite que as partes se preparem para a conclusão da transação. No entanto, seguimos como empresas independentes e que competem entre si, respeitando as regras de concorrência e antitruste, até que se conclua o processo de compra.

Entendemos que esta combinação de negócios resultará no que há de melhor das duas empresas com aprimoramento de entrega de serviços e soluções aos nossos clientes e parceiros e juntando os melhores talentos de ambos os negócios, impulsionando o crescimento, poder de compra, escalabilidade e eficiência operacional necessárias para a competição futura no mercado de mobilidade.

Agradecemos a confiança dos nossos acionistas, parceiros de negócios, colaboradores e principalmente aos nossos clientes pela parceria.

DESTAQUES DO PERÍODO


BALANÇOS PATRIMONIAIS

	<u>Nota</u>	<u>Jun/2022</u>	<u>Dez/2021</u>
ATIVO			
Disponibilidades	4	23.995	17.823
Operações de arrendamento mercantil		817.478	741.539
Arrendamentos operacionais a receber - setor privado	5.(a)	284.382	211.713
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	5.(a)	(253.714)	(183.322)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.(a)	(185)	(763)
Imobilizado de arrendamento mercantil	7	786.995	713.911
Bens arrendados		920.668	845.010
Depreciações acumuladas		(133.673)	(131.099)
Outros ativos financeiros		68.405	39.153
Outros créditos	6.(a)	68.447	39.611
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito em outros créditos	6.(b)/6.(a)	(42)	(458)
Ativos fiscais	6.(h)	32.767	18.591
Outros ativos	6.(c)	142.385	99.388
Bens não de uso próprio		112.830	76.065
Despesas antecipadas		29.555	23.323
Imobilizado de uso		4.095	3.063
Intangível		1.564	1.604
TOTAL DO ATIVO		1.090.689	921.161
PASSIVO			
Passivos financeiros	8	652.769	501.730
Empréstimos no país		652.769	501.730
Passivos fiscais	10.(c)	16.856	53.613
Outros passivos financeiros	6.(d)	134.338	137.008
Provisões para contingências	9.(b)	4.168	4.092
Patrimônio líquido		282.558	224.718
Capital Social		91.561	91.561
País	11	72	72
Exterior	11	91.489	91.489
Reserva Legal		9.895	7.003
Reserva Estatutária		181.102	126.153
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.090.689	921.161

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	<u>Nota</u>	<u>Jun/2022</u>	<u>Jun/2021</u>
Receitas da intermediação financeira	5.(b)	187.435	154.596
Operações de arrendamento mercantil		146.686	130.471
Receita na finalização de contratos		37.386	20.874
Receitas de prestações de serviços		3.363	3.251
Despesas da intermediação financeira	5.(b)	(124.737)	(92.053)
Operações de captações no mercado		(30.058)	(11.805)
Operações de arrendamento mercantil		(94.679)	(80.248)
Resultado bruto da intermediação financeira		62.698	62.542
Resultado de provisão para perdas associadas ao risco de crédito		994	3
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		994	3
Outras receitas (despesas) Operacionais		(22.625)	(22.467)
Receitas de aplicações financeiras		463	31
Despesas de pessoal	6.(e)	(11.493)	(8.036)
Outras despesas administrativas	6.(f)	(7.414)	(5.458)
Despesas tributárias	10.(b)	(5.891)	(9.432)
Outras receitas operacionais	6.(g)	2.243	1.960
Outras despesas operacionais	6.(g)	(466)	(1.070)
Reversões/(despesas) de provisão para contingências	6.(g)	(67)	(463)
Trabalhistas		206	(15)
Fiscais		-	11
Cíveis		(273)	(458)
Resultado Operacional		41.067	40.078
Resultado antes da Tributação sobre o lucro		41.067	40.078
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	10.(a)	16.774	(18.249)
Provisão para Imposto de Renda		-	(11.406)
Provisão para Contribuição Social		-	(6.843)
Ativo fiscal diferido		16.774	-
Lucro líquido do semestre		57.841	21.829
Quantidade de ações - em milhares		9.156.107	9.156.107
Lucro por ação - R\$		6,32	2,38

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	<u>Jun/2022</u>	<u>Jun/2021</u>
Lucro líquido do semestre	57.841	21.829
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados para o resultado de períodos subsequentes	-	-
Itens que não serão reclassificados para o resultado de períodos subsequentes	-	-
Resultado abrangente total do semestre	57.841	21.829

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2021	91.561	5.768	103.128	-	200.458
Lucro Líquido do período	-	-	-	24.727	24.727
Constituição da Reserva Legal	-	1.236	-	(1.236)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	(466)	(466)
Constituição da Reserva Estatutária	-	-	23.025	(23.025)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	91.561	7.003	126.153	-	224.718
Saldos em 01 de janeiro de 2022	91.561	7.003	126.153	-	224.718
Lucro Líquido do período	-	-	-	57.841	57.841
Constituição da Reserva Legal	-	2.892	-	(2.892)	-
Constituição da Reserva Estatutária	-	-	54.949	(54.949)	-
Saldos em 30 de junho de 2022	91.561	9.895	181.102	-	282.558

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

	Jun/2022	Jun/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre/exercício	57.841	21.829
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	44.644	33.051
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(994)	(3)
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	67	463
Despesas de juros	30.058	11.805
Lucro líquido ajustado	131.616	67.145
Aumento (redução) em ativos operacionais	(204.796)	(41.350)
Operações de arrendamento mercantil	(2.277)	(4.065)
Outros ativos financeiros	(43.012)	1.739
Outros ativos	(42.997)	6.018
Aquisição de imobilizado de arrendamento	(222.558)	(97.885)
Alienação de imobilizado de arrendamento	106.048	52.843
Aumento (redução) em passivos operacionais	(38.881)	(4.185)
Outros passivos financeiros	(2.124)	1.188
Passivos Fiscais	(36.757)	(5.373)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(112.061)	21.610
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado de uso	(4.330)	(2.266)
Alienação de imobilizado de uso	1.580	3.565
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	(2.751)	1.299
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Juros pagos	(25.350)	(15.323)
Empréstimos captações	690.782	209.500
Empréstimos amortizações de principal	(544.447)	(210.100)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	120.985	(15.923)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	6.172	6.985
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	17.823	9.381
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	23.995	16.366
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	6.172	6.985

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. (Instituição) faz parte de uma empresa de gerenciamento de frotas de origem holandesa com mais de 50 anos de experiência no setor e presente em mais de 30 países. A Instituição é uma subsidiária da LeasePlan Corporation N.V., com sede na Holanda, e da Lease Plan Brasil Ltda. com sede na Alameda Rio Negro, 500 Barueri-SP. A Instituição foi constituída em 5 de julho de 2001 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 5 de outubro de 2001. Iniciou suas operações de Arrendamento Mercantil no primeiro semestre de 2002.

A principal atividade da empresa é a gestão de frotas multimarcas para empresas através da modalidade "Leasing Operacional". A gestão engloba a compra dos veículos, o Leasing operacional, os serviços de manutenção e reparos prestados através da rede de fornecedores selecionados pela LeasePlan, a administração dos custos inerentes aos veículos, orientação e suporte na política de frotas, relatórios e atendimento aos gestores de frota e condutores além da venda do veículo objeto de arrendamento.

A empresa busca consolidar sua presença no mercado brasileiro, oferecendo produtos inovadores e serviços de alta qualidade para satisfazer as necessidades de seus clientes, facilitando assim o gerenciamento de suas frotas.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, em consonância com os normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) relacionados ao processo de convergência contábil internacional, os quais são aplicáveis às sociedades de arrendamento mercantil somente quando aprovadas pelo BACEN.

A administração da Instituição declara que as divulgações realizadas apresentam todas as informações relevantes utilizadas pela gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente nos períodos apresentados.

As Demonstrações Financeiras da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. foram aprovadas pela Diretoria em 26 de agosto de 2022.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Instituição.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa, estão incluídos caixa e contas correntes em bancos (considerados na rubrica Disponibilidades) com prazo original igual ou inferior a noventa dias com risco insignificante de mudança de valor. Estes recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c. Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil operacional é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda e da Resolução nº 2.309/96 e 4.977/21 divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme descrito a seguir:

(i) **Arrendamentos operacionais a receber:** Refletem o valor presente das contraprestações a receber, atualizado de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

(ii) **Rendas a apropriar de arrendamento mercantil operacional:** Representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber de juros e depreciação sendo apropriadas ao resultado quando da emissão das parcelas contratuais.

(iii) **Imobilizado de Arrendamento Mercantil Operacional:** Registrado pelo custo de aquisição, deduzidas as respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo prazo dos contratos de arrendamento mercantil operacional e baseada na estimativa do valor de mercado dos respectivos bens ao final do contrato. Esta metodologia difere para fins fiscais para a Rubrica de Bens Arrendados que a partir do ano de 2022 estamos considerando o critério de depreciação de 05 anos em conformidade com as regras da Receita Federal do Brasil de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017.

d. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Constituída com base na análise dos riscos de realização das contraprestações, em montante considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas e atendendo as normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (100% provisionado).

A atualização (accrual) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Operações classificadas como nível "H" permanecem por até seis meses, após isso o saldo é baixado contra a provisão existente e controlada em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e para as operações renegociadas mantemos o registro no mesmo nível que estava classificada na data de sua renegociação.

As operações de arrendamento mercantil operacional são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos clientes e seus setores de atividades, não se limitando à ocorrência de inadimplência.

e. Imobilizado de uso

O imobilizado de uso corresponde aos direitos e bens corpóreos destinados à manutenção das atividades operacionais da Instituição. Até dezembro de 2016, foram demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação ou amortização acumulada; e a depreciação e amortização foram calculadas pelo método linear com base na vida útil-econômica dos ativos: 60 meses para móveis, utensílios e instalações; e 48 meses para equipamentos de informática e telecomunicação.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período durante o qual a instituição espera utilizar o ativo.

Os bens adquiridos para constituir contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos no balanço sobre a rubrica imobilizado de arrendamento mercantil operacional.

f. Intangível

O intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades operacionais da Instituição, de acordo com a Resolução nº 3.642/08, do Conselho Monetário Nacional (CMN). São demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear pelo período de vida útil-econômica de 36 meses.

g. Avaliação do valor recuperável dos ativos (Impairment)

Os bens do imobilizado de uso e de arrendamento mercantil operacional, são submetidos anualmente ao teste de valor recuperável de ativos. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor recuperável do ativo for menor que o valor em uso de acordo com o CPC 01, o ativo será reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma perda estimada, reconhecida no resultado do período sobre a rubrica Impairment.

h. Ativos não financeiros mantidos para venda

São aqueles não abrangidos no conceito de ativo financeiro, conforme regulamentação específica. Referem-se basicamente aos veículos de contratos terminados. Os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria.

i. **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias** O reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes, e das obrigações legais é realizado de acordo com a Resolução nº 3.823/09, do Conselho Monetário Nacional (CMN), Carta Circular nº 3.429/10 do Banco Central do Brasil (BACEN), e em conformidade com o CPC 25 conforme descrito a seguir:

• **Ativos contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem com elevado grau de confiabilidade a realização (como decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado, confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível).

• **Passivos contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos através de ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e sua classificação leva em consideração a probabilidade da exigência de recursos financeiros para liquidá-las além da segurança com que o montante possa ser estimado.

• **Obrigações Legais:** decorrem de exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, são registradas pelo valor integral em discussão e atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

j. Tributos

Calculadas as alíquotas abaixo, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada tributo.

	15,00%
Imposto de Renda	
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social	20,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%
ISSQN (a)	2,00%

(a) Considera a alíquota da cidade de Barueri - SP

A alíquota atual em vigor para a Contribuição Social é de 15%, conforme acima. Entretanto, através da medida provisória nº 1.115/2022, dos períodos de agosto a dezembro de 2022 a alíquota vigente será de 16%, voltando a ser a alíquota anteriormente citada a partir de 2023.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

• Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, em pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

• Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

Os créditos tributários sobre diferenças temporárias foram computados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e 15% para a contribuição social.

k. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as despesas e receitas são reconhecidas na apuração de resultado do período a que pertencem. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial. As operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

l. Estimativas contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: perdas estimadas para contraprestações de arrendamentos operacionais, depreciação do ativo imobilizado de uso, provisões para contingências e avaliação de valor recuperável dos ativos (*Impairment*) e provisões fiscais, cíveis e trabalhistas. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos reconhecidos nas presentes demonstrações, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

m. Mensuração efeitos da Covid-19

A Instituição Financeira vem acompanhando os impactos da Covid-19 em relação ao cenário macroeconômico, as movimentações dos reguladores, alterações em taxas de mercado, flexibilizações de crédito em nossas operações e o monitoramento das posições dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e da evolução das captações.

Uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte a seus colaboradores, clientes, fornecedores e da gestão de continuidade dos negócios, que inclui o uso do trabalho remoto e a utilização de nossos canais digitais. Adicionalmente ressaltamos que no semestre findo em 30 de junho de 2022 a Instituição não teve renegociação e cancelamento de suas operações que trouxessem impactos significativos nos fluxos de recebimentos correntes e futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades	23.995	17.823

Os saldos apresentados tratam-se de posições em conta corrente com liquidez imediata, portanto classificadas no curto prazo.

5. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL
a) Composição da carteira e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para contraprestações de arrendamento mercantil operacional

	30/06/2022	31/12/2021
Arrendamentos operacionais a receber	284.382	211.713
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(253.714)	(183.322)
(=) Total faturado	30.668	28.391
Valor presente - Arrendamentos operacionais a receber	255.399	187.988
Arrendamentos operacionais a receber - Curto Prazo	165.153	128.676
Arrendamentos operacionais a receber - Longo Prazo	119.229	83.037
(=) Total	284.382	211.713

Nível de risco	% Provisão mínima requerida	Carteira		Provisão	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
AA	0%	219.573	135.854	-	-
A	0,5%	34.681	28.219	(173)	(141)
B	1%	1.136	5.004	(11)	(50)
C	3%	9	18.851	(1)	(566)
D	10%	-	60	-	(6)
Total		255.399	187.988	(185)	(763)

Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo do período	(763)	(166)
(Constituição)/ Reversão de provisão	578	(597)
Saldo final do período	(185)	(763)

(i) Composição da carteira de arrendamento mercantil operacional por setor de atividade

Setor Privado	30/06/2022		31/12/2021	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Jurídica				
Indústria	25.605	83%	23.623	83%
Mineração	934	3%	951	3%
Tecnologia	649	2%	594	2%
Outras Indústrias	3.038	10%	2.649	9%
Engenharia	4.276	14%	3.867	13%
Automotiva	111	1%	101	1%
Alimentação	4.311	13%	3.688	13%
Elétrica	586	2%	652	2%
Química	11.701	38%	11.120	39%
Serviços e outros	3.136	11%	3.038	11%
Comércio	1.927	6%	1.729	6%
Total	30.668	100%	28.391	100%

b) Receitas e despesas de arrendamento operacional

	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Arrendamento Mercantil	146.686	130.471
Receitas na Finalização de Contratos de Arrendamento ^(a)	37.386	20.874
Receitas de prestação de serviços	3.363	3.251
Total das Receitas de Arrendamento Mercantil	187.435	154.596
Despesas com Bens Arrendados		
Depreciação	(43.426)	(34.338)
Manutenção	(17.031)	(17.306)
IPVA e Despachantes	(18.768)	(14.957)
Seguros ^(b)	(13.273)	(11.493)
Despesas com Veículos Substituição	(1.132)	(1.169)
Outras Despesas de Arrendamento Mercantil ^(c)	(1.049)	(986)
Operações de arrendamento mercantil	(30.058)	(11.805)
Total das Despesas de Arrendamento Mercantil	(124.737)	(92.054)
Resultado de intermediação financeira	62.698	62.542

^(a) Referem-se as receitas apuradas na venda dos bens arrendados e receitas de multas em decorrência ao descumprimento de contratos de Arrendamento Operacional.

^(b) As despesas de seguros referem-se aos prêmios pagos às seguradoras relativos aos seguros de danos próprios, terceiros e assistência 24 horas.

^(c) Refere-se majoritariamente a provisão sobre as receitas apuradas na venda dos bens arrendados que, por acordos contratuais, serão parcialmente compartilhadas com os arrendatários, custos com assistência 24 horas e custos de vistoria veicular.

c) Operações renegociadas, recuperadas e baixadas para prejuízo

No semestre findo em 30 de junho de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não tivemos nenhum evento relacionado à: (i) operação baixada para prejuízo; (ii) operação renegociada; e (iii) operação recuperada.

d) Concentração do risco do crédito

	30/06/2022	31/12/2021
Dez maiores devedores	128.022	47.204
Demais devedores	127.377	140.784
Total	255.399	187.988

6. DETALHAMENTO DE CONTAS
a) Outros créditos - Curto Prazo

	30/06/2022	31/12/2021
Serviços a Receber ^(a)	23.825	7.146
Repasses de Despesas ^(b)	4.413	4.637
Adiantamentos a fornecedores ^(c)	38.771	26.888
Outros ^(d)	1.438	940
Diversos	68.447	39.611

Provisão para perda associadas ao risco em

	30/06/2022	31/12/2021
Outros Créditos ^(e)	(42)	(458)
Total de Outros Créditos Diversos	68.405	39.153

^(a) Referem-se aos repasses de serviços prestados em conjunto com as operações de Arrendamento Mercantil Operacional já faturados aos clientes;

^(b) Referem-se às despesas com veículos arrendados a serem reembolsadas pelos clientes conforme previsto em contrato;

^(c) Trata-se de pagamento antecipado para as montadoras para à aquisição de veículos.

^(d) Trata-se de valores a receber das Companhias do Grupo (*LeasePlan Global Procurement*);

^(e) Composto pelas perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos sobre valores de Serviços a Receber e Repasses de Despesas para cobertura de eventuais perdas na realização.

b) Movimentação da Provisão para perdas esperadas associadas ao risco em outros créditos

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	(458)	(15)
(Constituição)/ Reversão de provisão	416	(443)
Saldo no final do período	(42)	(458)

c) Outros ativos

	30/06/2022	31/12/2021
Veículos pendentes de entrega ^(a)	67.328	63.894
Veículos disponíveis para venda	45.502	12.171
Bens não de uso próprio	112.830	76.065
Despesas antecipadas ^(b)	29.555	23.323
Total de Outros valores e bens	142.385	99.388

Referem-se aos veículos adquiridos para fins de arrendamento mercantil operacional e que ainda não foram entregues aos seus arrendatários.

Composto por veículos em processo de venda oriundos do retorno do Imobilizado de Arrendamento Mercantil Operacional Correspondem, majoritariamente, aos valores pagos antecipadamente de seguros e imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA) de veículos arrendados, os quais são apropriados ao resultado proporcionalmente ao período a incorrer destas despesas.

d) Outros passivos financeiros

	30/06/2022	31/12/2021
Provisão para despesas com frota de arrendamento (a)	83.678	83.735
Outras contas a pagar - fornecedores (b)	48.047	51.263
Despesa pessoal	2.147	1.544
Dividendos a pagar	466	466
Total	134.338	137.008

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(a) Correspondem às provisões para futuros desembolsos com manutenção, pneus, seguros, IPVA, assistência 24 horas, entre outros custos relacionados aos veículos arrendados.

(b) Correspondem, majoritariamente, a valores a pagar às concessionárias decorrentes de aquisição de veículos.

e) Despesas de Pessoal

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Proventos	(6.785)	(4.534)
Encargos sociais	(2.001)	(1.123)
Benefícios	(2.707)	(2.379)
Total das Despesas de Pessoal	(11.493)	(8.036)

f) Outras Despesas Administrativas

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Despesas de serviços técnicos especializados	(1.559)	(1.939)
Despesas de depreciação - bens de uso próprio	(1.117)	(613)
Despesas de serviços de informática	(174)	(106)
Despesas de serviços de terceiros	(1.871)	(952)
Despesas de viagem	(64)	-
Despesas de comunicação	(561)	(173)
Despesas de transporte	(13)	(20)
Despesas de equipamento e manutenção	(362)	(434)
Despesas de aluguel	(408)	(421)
Despesas de escritório e predial (a)	(327)	(257)
Outras despesas administrativas (b)	(958)	(543)
Total de outras despesas administrativas	(7.414)	(5.458)

(a) Referem-se as despesas com materiais de escritório, água, luz, telefonia, entre outros custos relacionados ao funcionamento da sede da Instituição.

(b) Refere-se a despesas com eventos, marketing, ações filantrópicas, entre outras despesas.

g) Outras Receitas e Despesas Operacionais

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Receita de bônus (a)	671	354
Receita de avarias (b)	1.648	1.304
Outras Receitas Operacionais (c)	(76)	302
Total de outras receitas operacionais	2.243	1.960
Descontos concedidos	(427)	(1.051)
Outros (d)	(39)	(19)
Total de outras receitas operacionais	(466)	(1.070)
Reversões/(despesas) de provisão para contingências (e)	(67)	(463)
Total	1.711	427

(a) Refere-se à bonificação concedida por concessionárias decorrentes do volume de contratos de aquisição e manutenção de veículos contratados pela LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A.

(b) Refere-se à recuperação de custos de avarias cobrados na terminação dos contratos de Arrendamento Mercantil Operacional.

(c) Referem-se, majoritariamente, a provisões de accertos contratuais por quilometragem excedente ou aquém do contratado.

(d) Referem-se, majoritariamente, a reversão de bônus e pagamento de comissões e despesas

(e) Referem-se, majoritariamente, a provisões de ações cíveis, trabalhistas e fiscais.

h) Ativos fiscais - Curto prazo

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Tributos a compensar (a)	15.993	18.591
Crédito tributário (b)	16.774	-
Total	32.767	18.591

(a) Os montantes referem-se aos impostos (IR, CSLL, PIS e COFINS) a serem compensados futuramente.

(b) Conforme nota explicativa 3j, a Instituição avaliou os critérios da Resolução nº 4.842/2020 e registrou crédito tributário oriundos de diferença temporária, conforme posição abaixo:

	<u>30/06/2022</u>
Depreciação de Bens Arrendados	(43.440)
Demais depreciações	518
Demais provisões	227
Total Ativo	(42.695)
Serviços Buffer	80.077
Demais contas a pagar	4.553
Resultado corrente e acumulado (*)	(41.935)
Total Passivo	42.695
(*) Apuração IR e CS - Resultado corrente e acumulado	(16.774)

Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

As operações de diferença temporária tratam-se basicamente do reconhecimento do resultado advindo: (i) impactos na depreciação; (ii) e reconhecimento dos serviços de arrendamento.

Ano	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>Total</u>
Crédito tributário	19.054	14.840	6.493	1.506	43	41.935
Saldo a realizado (IR e CS)	(7.622)	(5.936)	(2.597)	(602)	(17)	(16.774)
Saldo a Valor Presente (*)	38.528					

(*) A taxa utilizada para fins de cálculo do valor presente foram consideradas as mesmas praticadas para captação de empréstimo junto ao mercado, ou seja, representando taxas utilizadas de mercado.

Movimentação dos créditos tributários no período

	<u>30/06/2022</u>
Saldo no início do período	-
(Constituição) de provisão	(16.774)
Saldo no final do período	(16.774)

7. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

	<u>Veículos</u>
Imobilizado de arrendamento	
Custo	
Saldo em 31/12/2021	845.010
Aquisições	222.558
Baixas	(146.899)
Saldo em 31/12/2022	920.668
Depreciação	
Saldo em 31/12/2021	(131.099)
Despesa de Depreciação	(43.426)
Baixas	40.851
Saldo em 31/12/2022	(133.674)
Valor Contábil	
Saldo em 31/12/2021	713.911
Saldo em 31/12/2022	786.995

i) Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment)

A Administração, considerando a atual conjuntura econômico-financeira do mercado em que a Instituição está inserida, a experiência no gerenciamento e venda de veículos e nos valores de mercado (respaldados pela tabela FIPE descontando-se perdas e gastos históricos) revisa periodicamente o valor residual e a vida útil de sua frota e apura o valor recuperável dos veículos arrendados.

Considera-se para apuração do valor em uso os valores de venda futura líquida estimada para cada veículo somados aos honorários de gestão de frotas descontados ao valor presente pela taxa média de captação dos empréstimos.

Ao término da análise para o semestre não foi identificado nenhum indicativo de Redução ao Valor Recuperável dos Ativos registrados em Bens Arrendados.

8. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO PAÍS

São representados por contratos de cédula de crédito bancário (CCB) no montante de R\$ 405.548 no circulante e R\$ 247.221 no exigível a longo prazo R\$ 411.730 no circulante e R\$ 90.000 no exigível a longo prazo, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021. Possuem vencimentos até maio de 2024, e estão sujeitos a encargos financeiros pré-fixados (taxa média simples de 13,24% a.a.) e pós fixados (taxa média simples de 1,03% a.a) às taxas de mercado vigentes na data de contratação.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2021</u>
Pré-fixados		
Até 90 dias	121.883	172.922
De 91 a 365 dias	278.665	238.808
Acima de 365 dias	247.221	90.000
Total de Contratos Pré-Fixados	647.769	501.730
0Pós-fixados		
De 91 a 365 dias	5.000	-
Total de Contratos Pós-Fixados	5.000	-
Total de Obrigações Por Empréstimo no país	652.769	501.730

No semestre findo em 30 de junho de 2022 a Instituição apurou despesas de obrigações por empréstimos de R\$ 30.058 (R\$ 11.805 em 30 de junho de 2021).

9. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A Instituição revisa periodicamente suas contingências, levando em consideração o parecer dos nossos assessores jurídicos, caso ocorra avaliação de perda de recursos financeiros para a liquidação das obrigações. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se de modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

As contingências estão classificadas como:

- **Prováveis:** são constituídas e reconhecidas integralmente como passivos contingentes no balanço patrimonial

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

• **Possíveis:** a administração em conjunto com os assessores jurídicos analisa os processos possíveis e estima perdas que são reconhecidas como passivo contingente no balanço patrimonial.

• **Remotas:** não estão reconhecidas no balanço patrimonial.

a. Ativos Contingentes

É um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Instituição. Não existem ativos contingentes no período.

b. Provisões para contingências

A provisão para contingências é estabelecida principalmente de processos administrativos e judiciais inerentes ao curso normal dos nossos negócios e baseadas nas opiniões dos nossos assessores jurídicos, todos os processos estão distribuídos nas seguintes categorias: cíveis, trabalhistas e fiscais previdenciárias.

Os passivos contingentes são provisionados quando passam a ser classificados como prováveis e possíveis e são quantificados pela melhor estimativa que permite a mensuração mais adequada, apesar das incertezas inerentes aos prazos ou valores.

	Constituição/ Realização /		30/06/2022
	31/12/2021	Atualização Reversão	
Provável	3.564	285 (216)	3.633
Possível	528	7 -	535
Provisões para Contingências	4.092	292 (216)	4.168

	Constituição/ Realização /		30/06/2022
	31/12/2021	Atualização Reversão	
Cível	3.844	282 -	4.126
Trabalhista	248	10 (216)	42
Provisões para Contingências	4.092	292 (216)	4.168

(i) Ações cíveis

O saldo é composto por ações de danos morais e materiais. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. As provisões são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Instituição tem uma obrigação presente, legal ou construtiva que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de benefícios econômicos será requerida para liquidar uma obrigação.

(ii) Ações fiscais e previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de auto lançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, pois trata-se de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente.

(iii) Ações trabalhistas

O saldo é composto por processo trabalhista que, de acordo com os assessores jurídicos da Instituição, é considerado como risco de perda possível e/ou provável. A ação é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação.

10. TRIBUTOS
a. Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social

	30/06/2022	30/06/2021
Resultado contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	41.067	40.078
Ajustes para apuração de alíquota efetiva:		
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (15%+10%+20%)	(16.427)	(16.031)
Acréscimos/ Decréscimos decorrentes de:		
Adições/Exclusões temporárias(a) / (b)	17.994	(2.032)
Adições/Permanente (c)	(822)	(186)
(=) Base de cálculo	17.172	(2.218)
(=) Base de IR e CS de crédito / (a pagar) (d)	745	(18.249)

(a) As adições e exclusões temporárias são compostas por provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões de passivos contingentes, provisões para consultoria e provisões desembolsos com manutenção, pneus, seguros, IPVA, assistência 24 horas e reversões de processos trabalhistas, depreciação contábil e depreciação fiscal(*).

(b) No exercício de 2022 a LeasePlan Arrendamento Mercantil iniciou o processo de depreciação fiscal. Ao iniciar esta metodologia a Instituição obteve benefício fiscal resultando assim em uma base negativa de apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social.

(c) As adições e exclusões permanentes são compostas por despesas indedutíveis, brindes, gratificações e resultado de venda dos bens arrendados refletindo os impactos da depreciação fiscal.

(d) Existem créditos tributários não constituídos relacionados a prejuízos acumulados no montante de R\$ 745 em 2022 que podem ser compensados em exercícios futuros

b) Despesas Tributárias

	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de contribuição ao COFINS	(2.351)	(2.621)
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	(382)	(426)
Despesas de impostos sobre qualquer natureza - ISS (a)	(3.073)	(6.179)
Outras despesas tributárias	(85)	(206)
Total de despesas tributárias	(5.891)	(9.432)

(a) Decorrente a Lei Complementar nº 175/20, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISSQN") sobre as operações de arrendamento mercantil passou a ser devido no município de estabelecimento do tomador, porém os recolhimentos foram suspensos em decorrência da liminar deferida pelo STF via ADIN Nº 5835 e os valores provisionados mensalmente. O ISSQN será declarado por meio de sistema eletrônico de padrão unificado em todo o território nacional e o mesmo está em desenvolvimento operacional junto as Associações e o Governo Federal.

c) Passivos Fiscais - curto prazo

	30/06/2022	31/12/2021
Imposto de Renda a Recolher	-	39.793
Impostos Sobre Folha de pagamento	1.003	991
Impostos Sobre Faturamento	15.700	12.749
Impostos e Contribuições sobre Serviços	153	80
Total Obrigações Fiscais e Previdenciárias	16.856	53.613

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. O Capital social é representado por 9.156.106.923 ações ordinárias sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado, composto como segue:

Acionista	Quantidade de ações	Valor	Sede
Lease Plan Corporation N.V.	9.148.948.356	91.489	Holanda
Lease Plan Brasil Ltda.	7.158.567	72	Brasil
Total	9.156.106.923	91.561	

b. A reserva legal foi constituída de acordo com o percentual de 5% conforme disposto na Lei 6.404/76.

c. É obrigatório constituir 1% (um por cento) de dividendo mínimo do lucro líquido, em cada exercício social.

d. O saldo do lucro líquido que resultar das deduções referentes à constituição da reserva legal e do pagamento de dividendos será colocado à disposição da Assembleia Geral.

12. PARTES RELACIONADAS

A Instituição define como partes relacionadas os Administradores, seus familiares próximos, parentes e empresas do grupo.

a. Remuneração do pessoal-chave

Ao pessoal-chave é atribuída remuneração anual, e não há distinção para os benefícios concedidos aos demais colaboradores. A remuneração do pessoal-chave da Administração, constituído por diretores e gerentes da Instituição, para o semestre findo em 30 de junho de 2022 foi de R\$ 6.396 (R\$ 7.163 em 31 de dezembro de 2021).

b. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas da Instituição são realizadas no curso normal dos negócios, e envolvem operações não relativas à atividade principal da Instituição. São gerenciadas a nível global por entidades designadas para tal que até dezembro de 2017 era gerenciada pela LeasePlan Supl. Services e a partir de janeiro de 2018 foi alterada pela LeasePlan Global Procurement e CarNext, sendo referentes a bônus por metas atingidas com fornecedores internacionais. O bônus a receber de partes relacionadas para o semestre findo em 30 de junho de 2022 foi de R\$ 1.438 (R\$ 940 em 31 de dezembro de 2021), e está registrado no grupo de outros créditos no ativo.

13. LIMITES OPERACIONAIS

Apresentamos abaixo os principais indicadores em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, obtidos conforme regulamentação em vigor:

	30/06/2022	31/12/2021
Índice de Basileia	22,98%	21,28%
Patrimônio de Referência	280.993	223.113

A Administração julga adequado o atual nível do índice de Basileia, levando em consideração as margens frente ao Patrimônio de Referência.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

	30/06/2021		31/12/2021	
	Limite Exigido	Índice Baseleia	Limite Exigido	Índice Baseleia
Margem sobre Requerimento				
Capital Principal	4,50%	22,98%	4,50%	21,28%
Nível I	6,00%	22,98%	6,00%	21,28%
Patrimônio de Referência (Nível + Nível II)	10,50%	22,98%	10,50%	21,28%

14. GESTÃO DE RISCOS

A gestão dos riscos pela Instituição está pautada nas melhores práticas de mercado, em linha com a normatização do Banco Central do Brasil e com as regulamentações da matriz na Holanda (LeasePlan Corporation N.V.), sujeita à regulamentação do Banco Central Holandês (*De Nederlandsche Bank*) e com base na utilização do modelo de gerenciamento do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) e o modelo das três linhas de Defesa para Instituições Financeiras.

Os processos de gestão de risco permeiam toda a Instituição e visam identificar e medir os riscos de natureza interna ou externa que possam afetar a nossa estratégia, impactando resultados, liquidez capital ou reputação da empresa. O processo de gerenciamento do risco conta com sistemas proprietários para assegurar um controle centralizado, comitês para definição de metas e limites, além de revisões periódicas independentes visando assegurar o cumprimento das políticas e procedimentos estabelecidos localmente e pela matriz.

a. Risco Operacional

Risco Operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão de riscos operacionais feita pela Instituição tem como objetivo avaliar, mensurar e monitorar os eventos com a finalidade de evitar ou manter as perdas e riscos dentro dos limites estabelecidos além de garantir a aderência às práticas, diretrizes corporativas e à regulamentação vigente.

O processo de controle é feito através de sistema proprietário visando garantir que o monitoramento seja feito de forma tempestiva mensurando e informando a administração das informações de risco bem como as eventuais perdas operacionais e planos de ação.

A estrutura para gestão do risco operacional pela Instituição consiste em:

- Realização de comitês de riscos operacionais periódicos e fóruns específicos de controles internos e *compliance* nos quais periodicamente são apresentados os reportes acerca do monitoramento dos riscos assim como planos de ação e perdas relacionadas.
- Monitoramento contínuo e coleta de informações de eventos que causaram algum prejuízo ou perda operacional para a organização, bem como o reporte dos mesmos para a alta administração e a matriz na Holanda.
- Identificação de eventos que podem ocasionar uma perda financeira no caso de sua ocorrência e a possibilidade desses eventos acontecerem, bem como as causas que motivaram o acontecimento desse evento e os processos aos quais esses eventos estão relacionados.
- Revisão e alteração contínua de atividades e processos assim como implementação de controles para monitoramento de redução de perdas oriundas de risco operacional.

b. Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*) entre outros índices.

A Instituição não possui operações sujeitas a variação cambial, operações que envolvam ações (suas negociadas em bolsa ou como portfólio para investimento de recursos), operações com instrumentos financeiros, derivativos e mercadorias com intenção de negociação. Dessa forma, a Instituição entende que não está sujeita diretamente aos riscos de perdas relacionadas a variação cambial, renda variável (ações ou *commodities*) e variação nas cotações de instrumentos financeiros.

Em relação a riscos de mercado com operações inerentes aos negócios, o principal risco mensurado pela Instituição é o risco de perdas provenientes das operações sujeitas a variações nas taxas de juros. Para o risco de taxa de juros a Instituição adota uma análise periódica de Descasamento (ALM), monitorando a exposição dos fluxos de caixa por fator de risco e datas de vencimento principalmente representadas por operações de captação de recursos e sua aplicação nos contratos de *leasing* operacional. O monitoramento é reportado tempestivamente a alta administração e a matriz e segue política de operar dentro de limites reduzidos de descasamento estabelecidos de acordo com normativos institucionais.

Bem como realizamos análise de sensibilidade para as operações sujeitas às variações de mercado. Em nossa análise utilizamos as variações sujeitas aos cenários: (1) no qual sensibilizamos a taxa CDI em 1 *b.p.* de nossa carteira de bancos; (2) no qual sensibilizamos a taxa CDI em 25 *b.p.* da nossa carteira de bancos e; (3) no qual sensibilizamos a taxa CDI em 50 *b.p.* da nossa carteira de bancos.

Nos cenários a seguir sensibilizamos a carteira conforme os cenários apresentados

acima (1), (2) e (3), no quais apresentamos as valorizações ou desvalorizações das taxas de mercado e os reflexos em nossas posições patrimoniais e de resultado:

Índices/ Saldo em exposição	31/12/2021		Cenário 1		Cenário 2		Cenário 3	
	Saldo	1%	-1%	25%	-25%	50%	-50%	
CDI	13,15%	13,16%	13,14%	13,40%	12,90%	13,65%	12,65%	
Arrendamento a receber	8.866	1	(1)	22	(22)	44	(44)	
Empréstimos no país	5.000	-	(1)	12	(13)	25	(25)	
Base contas a Receber	8.866	10.033	10.031	10.054	10.010	10.076	9.988	
Base de Empréstimo	5.000	5.658	5.657	5.670	5.645	5.682	5.632	
Base contas a Receber - Juros	1.166	1.167	1.165	1.188	1.144	1.210	1.122	
Base de Empréstimo - Juros	658	658	657	670	645	682	632	

c. Risco de Crédito

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A Instituição possui estrutura e políticas institucionais para gerenciamento de risco de crédito aplicável à subsidiária brasileira e às demais empresas do grupo. Possui também um sistema proprietário com modelagem desenvolvida pela sua matriz na Holanda (LeasePlan Corporation N.V.) para estabelecimento, análise e controle da classificação de clientes (*rating* interno). Através deste sistema e dos reportes contínuos ao comitê de crédito a posição financeira dos clientes é continuamente monitorada, com o intuito de avaliar e ajustar, se necessário, o limite de crédito concedido ou identificar fatores que possam indicar que o cliente possa trazer algum dano à imagem e reputação da Instituição.

Para proteger-se de perdas decorrentes das operações de arrendamento mercantil operacional a Instituição considera a classificação do cliente ou grupo econômico, seu desempenho em relação ao cumprimento das obrigações financeiras e os aspectos relacionados ao ambiente econômico para definir o nível de provisão adequado. Caso o nível de provisionamento requerido pelo Banco Central fique abaixo do modelo de perda esperada adotado internamente, a Instituição pode constituir provisão complementar.

d. Risco de Ativo

O risco de ativo consiste na possibilidade de ocorrência de perda financeira decorrente da diferença entre o valor estimado e o valor efetivo de venda de um veículo arrendado, ou a perda financeira relacionada a erros nas estimativas de despesas relacionadas a um veículo objeto de arrendamento operacional.

Tendo como principal atividade o arrendamento mercantil operacional de veículos, os riscos inerentes a esse tipo de ativo são os mais relevantes para a Instituição no Brasil e no mundo.

A estrutura para gestão e controle do risco de ativo pela Instituição consiste em:

- Comitês de riscos de ativos trimestrais compostos por área independente das áreas de negócio;
- Avaliações tempestivas dos valores estimados em comparação com os atuais de mercado dos veículos arrendados presentes em carteira;
- Monitoramento de fatores que podem influenciar os valores residuais dos veículos arrendados (exemplos: tendência do mercado de veículos usados, alteração em modelos, pós-venda e atendimento de marcas, entre outros) e avaliação de possíveis impactos financeiros;
- Mensuração e determinação de margens de segurança para precificação de novos contratos;
- Revisão periódica de matrizes utilizadas como base para a composição de preços de contratos;
- Aplicação de mecanismos contratuais de ajuste de valores (de forma preventiva, corretiva ou punitiva) quando verificados desvios contratuais por parte de clientes durante ou ao encerramento de um contrato de Arrendamento Mercantil Operacional;
- Modelo estatístico para simulação do comportamento dos ativos em situações atuais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo com objetivo de quantificar perdas econômicas potenciais.
- As análises de risco de ativo são realizadas e reportadas a matriz trimestralmente, as possíveis exposições contingentes são reconhecidas sob a rubrica *Impairment* (nota 3.g).

15. RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

Atendendo às alterações exigidas pela Resolução BACEN nº 2/20, para o semestre findo em 30 de junho de 2022, os resultados divulgados pela Instituição são recorrentes, não havendo resultados não recorrentes para o semestre e exercício findos apresentados.

DIRETORIA

Fábio Costa - CEO
Gustavo Alves Jordão - CEO

CONTADOR

Daniel Novo Rodrigues
Contador - CRC 1SP 296652/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Aos Acionistas e aos Administradores da****LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A.**

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP028685/O-0Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP - 1SP271754/O-9